



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA SKALSKI

FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS
SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

CURITIBA

2024

JULIANA SKALSKI

FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS
SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Artigo apresentado como requisito parcial à
obtenção do certificado de conclusão de MBA em
Gestão do Agronegócio, no Setor de Ciências
Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ariosto Céleo de Araújo

CURITIBA

2024

RESUMO

A agricultura familiar possui papel de destaque na economia brasileira e paranaense através da geração de renda, ocupação do meio rural, promoção da segurança alimentar e conservação dos recursos naturais. Este artigo tem por objetivo analisar e discutir estratégias de negócios passíveis de adoção em propriedades familiares. Fundamentado em revisão bibliográfica, busca-se contribuir para o aprimoramento da estrutura econômica dessas famílias, visando, por conseguinte, promover a sustentabilidade e a inclusão social. As alternativas disponíveis para os agricultores familiares apresentam vantagens e desvantagens. As estratégias adotadas por cada propriedade serão, portanto, escolhas individuais, fundamentadas em valores, prioridades e objetivos pessoais. Embora a geração de renda seja uma constante, é importante reconhecer que outras motivações, como a redução da carga de trabalho devido à escassez de mão de obra, a preocupação com o uso mínimo de agrotóxicos por razões de saúde ou princípios éticos, e até mesmo a aptidão pela atividade agrícola, podem ser fatores preponderantes nas decisões.

Palavras-chave: Agroecologia; Desenvolvimento rural; Inclusão social.

ABSTRACT

Family farming plays a prominent role in the Brazilian and Paraná economies through income generation, rural employment, promotion of food security, and conservation of natural resources. This article aims to analyze and discuss business strategies that can be adopted on family-owned properties. Based on a literature review, the goal is to contribute to the improvement of the economic structure of these families, thus promoting sustainability and social inclusion. The available alternatives for family farmers present advantages and disadvantages. Therefore, the strategies adopted by each property will be individual choices, based on values, priorities, and personal objectives. Although income generation is a constant, it is important to recognize that other motivations, such as reducing workload due to labor shortages, concern about minimal pesticide use for health or ethical reasons, and even aptitude for agricultural activity, can be decisive factors in decision-making.

Keywords: Agroecology; Rural development; Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A legislação brasileira, em especial a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, define agricultura familiar como aquela que se dedica a atividades no meio rural, sem abranger áreas superiores a quatro módulos fiscais. Nesse modelo, a mão de obra predominante é composta pela própria família, que obtém a maior parte de sua renda das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento, gerenciando o empreendimento de forma direta. A importância da agricultura familiar no contexto social e econômico do Brasil é inegável, desempenhando funções cruciais como geração de renda e a ocupação do meio rural, a promoção da segurança alimentar, a manutenção do tecido social e cultural, além da conservação dos recursos naturais e da paisagem rural (SILVA, 2015).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cerca de 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como agricultura familiar. Isso equivale a aproximadamente 3,9 milhões de propriedades, abrangendo 23% da área total dos estabelecimentos rurais do país (IBGE, 2017). Quando esses dados são convertidos em valor de produção, a agricultura familiar apresenta uma contribuição notável de R\$ 107 bilhões por ano, representando cerca de 23% de toda a produção agropecuária brasileira (CONAB, 2021).

No estado do Paraná, essas estatísticas assumem uma importância igualmente expressiva. Aproximadamente 229 mil propriedades, o que representa 75% delas, são caracterizadas como agricultura familiar, abrigando mais de um milhão de pessoas (CATANHO, 2021). É crucial destacar a relevância adicional desses números, especialmente considerando que o Paraná ocupa a posição de segundo estado com maior Valor Bruto de Produção agropecuária (VBP) no Brasil. Os dados mais recentes, atualizados em junho de 2023 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023), indicam uma cifra que ultrapassa os 146 bilhões de Reais.

A gestão das propriedades se configura como um dos maiores desafios enfrentados pelos agricultores familiares. De modo geral, nota-se que esses produtores não implementam práticas de gestão em suas propriedades, ou o fazem de forma precária, frequentemente sem utilizar as ferramentas gerenciais adequadas. Ademais, fatores como baixa qualificação, formação escolar deficitária e

acesso restrito à informação prejudicam a capacidade de gestão desses produtores (BATALHA; BUAINAIN; FILHO, 2004; LOURENZANI, 2006; BREITENBACH, 2014).

É importante destacar que a administração de uma pequena propriedade familiar possui características distintas. As estratégias de negócio adotadas por essas propriedades familiares seguem uma lógica diferente das estratégias adotadas por grupos empresariais do agronegócio, uma vez que devem priorizar as necessidades e desejos da família, não se limitando apenas à rentabilidade econômica (ASSIS; ROMEIRO, 2005). Nesse contexto, o investimento em estratégias ambientalmente sustentáveis emerge como uma alternativa apropriada para atender a essas necessidades, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os ambientais.

Este artigo tem por objetivo analisar e discutir estratégias de negócios passíveis de adoção em propriedades familiares. Fundamentado em revisão bibliográfica, busca-se contribuir para o aprimoramento da estrutura econômica dessas famílias, visando, por conseguinte, promover a sustentabilidade e a inclusão social. A abordagem específica concentrar-se-á no estado do Paraná, considerando sua relevância destacada no cenário nacional do agronegócio e na dinâmica da agricultura familiar, conforme destacado por Assis e Romeiro (2005).

A metodologia empregada neste estudo consistiu em uma análise bibliográfica abrangente e qualitativa, explorando diferentes tópicos relacionados à agricultura familiar no Paraná. A revisão detalhada das fontes selecionadas buscou compreender e sintetizar as principais perspectivas, conceitos e descobertas, enriquecendo a discussão proposta no artigo. Os tópicos abordados incluíram:

O Cenário da Agricultura Familiar no Paraná: Esta seção proporcionou uma compreensão profunda da importância da agricultura familiar na economia brasileira e paranaense, destacando seu papel na geração de emprego, renda, segurança alimentar e conservação dos recursos naturais.

Crédito Rural e Outras Políticas Públicas como Estratégias para a Agricultura Familiar: Foi realizada uma análise aprofundada das políticas públicas, com ênfase no crédito rural, voltadas para fortalecer a agricultura familiar no Paraná. Destacou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outras iniciativas.

Sustentabilidade Ambiental como Estratégia para a Agricultura Familiar: Explorou-se as práticas sustentáveis na agricultura familiar, incluindo a agroecologia

e a produção orgânica, ressaltando como essas estratégias contribuem para a conservação dos recursos naturais.

Cadeias Produtivas para a Agricultura Familiar: Abordou-se as diferentes cadeias produtivas adotadas pelos agricultores familiares no Paraná, incluindo a diversificação de culturas, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e a importância das cooperativas na comercialização.

Essa abordagem qualitativa permitiu uma análise crítica do conhecimento disponível sobre cada tópico, agregando valor à discussão e contribuindo para o objetivo do artigo, que visa analisar e discutir estratégias de negócios para o fortalecimento da agricultura familiar no Paraná.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.2 O Cenário da Agricultura Familiar no Paraná

O agronegócio representa uma das principais atividades econômicas do estado do Paraná, desempenhando um papel relevante tanto no cenário nacional quanto internacional (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022). O estado se destaca como líder na produção nacional de trigo (66%), cevada (60%), feijão (20%), frangos (32%), sendo o segundo maior produtor de soja (16%), milho (15%) e mandioca (18%). Além disso, ocupa a terceira posição na produção de carne suína (21%) e apresenta uma considerável produção de café (2%) e frutas, com destaque para a laranja (5%) (SEAB/DERAL *apud* BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022).

A agricultura familiar desempenha um papel significativo nesses resultados, contribuindo com mais de 50% da produção em algumas cadeias produtivas. De acordo com o IBGE (2017), cerca de 42% dos estabelecimentos rurais no Paraná possuem uma área inferior a 10 hectares, inviabilizando a sustentabilidade econômica de atividades com baixo valor agregado (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022). Além disso, aproximadamente 160.000 estabelecimentos rurais têm uma renda média mensal inferior a dois salários-mínimos, dificultando investimentos nas propriedades e afetando a qualidade de vida das famílias (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022).

É importante destacar que o desenvolvimento da agricultura no Paraná ocorre de forma desigual por todo o seu território. Enquanto alguns municípios e regiões prosperam graças à riqueza gerada pelo setor agrícola (AGÊNCIA ESTADUAL DE

NOTÍCIAS DO GOVERNO DO PARANÁ, 2022), outros enfrentam baixos índices de desenvolvimento (BRUGNOLO, 2020; FANTIN, 2022). Essa disparidade se torna evidente ao se analisarem simultaneamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual, registrado em 0,769 (IBGE, 2021), e o Índice de Gini do estado, que atinge 0,755, medindo o nível de concentração do PIB, onde valores mais próximos de zero indicam menor concentração (IPARDES, 2020). As discrepâncias também se destacam ao compararmos os municípios com os maiores IDHs do estado, como Curitiba, com 0,823, e Maringá, com 0,808, aos que apresentam os menores índices, como Doutor Ulisses, com 0,546, e Cerro Azul, com 0,573 (IPARDES, 2010).

Historicamente, a ocupação do território brasileiro foi marcada pelo latifúndio, com pouco reconhecimento da pequena propriedade até a chegada dos primeiros imigrantes europeus no sul do país. O uso do trabalho escravo na produção primária limitou o surgimento da pequena produção, e a Lei de Terras de 1850 restringiu ainda mais a aquisição de áreas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013). A ocupação do Paraná iniciou-se lentamente, baseada em grandes propriedades escravagistas. A imigração no final do século XIX levou a instalação de pequenas e médias propriedades agrícolas. A partir dos anos 1930-1940, com o cultivo do café no norte do estado e os planos de colonização dirigida, as pequenas propriedades aumentaram. No entanto, com o fim do ciclo do café e a mecanização da agricultura, os trabalhadores rurais retornaram às propriedades familiares, levando ao empobrecimento e desmembramento destas, e ao aumento do êxodo rural (SWAIN, 1988).

Nas primeiras décadas do século XXI a agricultura familiar, tanto no Brasil quanto no Paraná, evoluiu significativamente em relação à visão do campesinato do século passado, quando os camponeses eram considerados pobres rurais com baixa eficiência econômica. Atualmente, esse setor é caracterizado por diferentes níveis de renda, adoção de tecnologia e diversidade de práticas produtivas, abrangendo inclusive produtores bem-sucedidos capazes de proporcionar renda e qualidade de vida para suas famílias, desempenhando um papel crucial na economia nacional e no abastecimento de alimentos para a população (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

A agricultura familiar tem se mostrado muito significativa em termos produtivos, especialmente no que concerne à produção de alimentos presentes na cesta básica. Além disso, é responsável por mais de três quartos de todas as

ocupações rurais existentes no país, vinculadas diretamente ao sistema familiar de produção. Destaca-se ainda o papel decisivo que a agricultura familiar desempenha na preservação dos recursos naturais e na ocupação humana do espaço físico, comparativamente às áreas dominadas pelo agronegócio voltado à produção de commodities (MATTEI, 2014).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tem enfrentado desafios relacionados à modernização das atividades, ao esgotamento de recursos naturais, à dificuldade de comercialização, e à redução da mão de obra (BIANCHINI, MEISTER; PICINATO, 2022; DEIMLING *et al.*, 2015; TELLES; TANAKA; PELLINI, 2008). Muitos agricultores mantêm-se na atividade graças à pluriatividade e a empregos não-agrícolas. Experiências em países tecnologicamente avançados demonstram a viabilidade da agricultura familiar, entretanto, faz-se necessária a integração de políticas públicas consistentes que garantam a reprodução desse segmento (TELLES; TANAKA; PELLINI, 2008).

Além das responsabilidades do Estado, é essencial considerar que, assim como qualquer empresa, para obter sucesso na gestão de uma propriedade familiar, é necessário adotar uma estratégia adequada aos objetivos e condições específicas de cada propriedade (ASSIS; ROMEIRO, 2005).

2.3 Crédito Rural e outras políticas públicas como estratégias para a agricultura familiar

O fortalecimento e a valorização da agricultura familiar dependem de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que podem ser implementados por diversos atores. Nesse contexto, destaca-se o papel crucial desempenhado pelo Estado e pelas políticas públicas como impulsionadoras do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). A partir da promulgação da Constituição de 1988 até 2016, as políticas públicas para agricultura familiar passaram por dois processos, um de reconhecimento e estímulo à participação social e outro de desenvolvimento e diversificação para uma maior heterogeneidade das políticas para a agricultura familiar. Nesse período destacaram-se três “gerações” de políticas públicas nesse setor. Na primeira delas, que se estendeu até o início dos anos 1990, ocorreu o reconhecimento oficial da agricultura familiar, pelo Estado brasileiro, como uma categoria social que demanda a formulação de políticas

públicas diferenciadas, levando à instituição de novos espaços de participação social e a criação, entre outras, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995. A segunda geração de programas correspondeu à construção de um referencial mais social e assistencial para estes instrumentos, a partir do final da década de 1990. Finalmente, a terceira geração de políticas teve como objeto a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, ganhando impulso a partir dos anos 2000 (LEITE *et al.*, 2023).

O crédito rural merece destaque entre as políticas públicas pois oferece ao agricultor condições para regular o fluxo de consumo pessoal, adquirir insumos para a produção, e investir em capital fixo e humano, facilitando assim o processo de inovação. À medida que o crédito rural é implementado, sugere-se uma redução nos índices de pobreza no campo e um menor êxodo rural, contribuindo para a diminuição dos bolsões de pobreza nas metrópoles (MELO; MARINHO; SILVA, 2013).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representa a principal alternativa para os produtores rurais familiares que necessitam de financiamento na atualidade. Sua origem remonta a 1995, quando foi criado como uma linha de crédito rural. Desde então, o Pronaf passou por uma evolução contínua, incorporando diversas ações com o propósito de impulsionar o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, potencializando o aumento da capacidade produtiva da propriedade familiar, gerando empregos e melhorias de renda (BRASIL, 2022; LEITE *et al.*, 2023).

As operações de crédito rural respaldadas pelo Pronaf oferecem aos agricultores familiares acesso a financiamentos com taxas de juros reduzidas, destinados a cobrir diversas necessidades. Entre essas estão a aquisição de máquinas, tratores, veículos de carga, equipamentos e tecnologias de mercado, almejando a modernização dos empreendimentos e cooperativas. Esse programa abrange uma extensa variedade de beneficiários, incluindo assentados da reforma agrária, beneficiários do crédito fundiário, agricultores familiares de baixa renda, agricultores familiares dinâmicos e povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2022).

Apesar de ter se firmado como política pública e de ter ampliado com sucesso sua abrangência, o PRONAF ainda precisa superar uma série de desafios. Inclui-se

aí a necessidade de adequar-se à diversidade regional dos agricultores familiares (já que o volume de recursos continua concentrado nas regiões mais dinâmicas, em especial o Sul e o Sudeste), ampliar o número de contratos de custeio nas regiões Norte e Nordeste, ampliar o público em relação aos agricultores mais capitalizados e aos mais pobres, avançar na qualificação de uma política de assistência técnica e extensão rural em apoio ao PRONAF, adequar-se aos complexos sistemas de produção da agricultura familiar, incluindo os de base agroecológica, e utilizar mais fontes de menor custo e ampliar a variação da taxa de juros de acordo com o nível de capitalização (BIANCHINI, 2015). No estado do Paraná, desde 2020, os produtores familiares têm a possibilidade de se enquadrar no programa Banco do Agricultor Paranaense. Este programa oferece subvenção econômica para projetos em áreas prioritárias, destinadas a produtores rurais, cooperativas, associações e agroindústrias familiares. A iniciativa é concretizada por meio do abatimento de juros do PRONAF, concedido pelo governo estadual. Essa medida busca promover o desenvolvimento e fortalecimento das atividades rurais, proporcionando condições mais favoráveis para o setor (PARANÁ, 2023).

O PRONAF foi uma política pública pioneira no atendimento à agricultura familiar, embora não fosse suficiente para enfrentar algumas dificuldades do setor, como a sustentação de preços, a garantia de mercado e a assistência técnica (PERIN *et al.*, 2021). Nesse contexto, em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o objetivo de garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Com o PAA, o governo federal passou a comprar produtos diretamente de agricultores familiares (beneficiários fornecedores), com dispensa de licitação, e distribuí-los para pessoas atendidas pela rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e pela rede pública de ensino e de saúde, entre outros (PERIN *et al.*, 2021).

Lado a lado com o PAA, está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que também adquire produtos preferencialmente da agricultura familiar e destina à merenda escolar, constituindo uma importante ferramenta de combate à insegurança alimentar e nutricional (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015). O PAA e o PNAE acabam por ter uma função complementar ao PRONAF, uma vez que garantem o escoamento de parte da produção da agricultura familiar financiada pelo

PRONAF. Essas políticas possibilitam maior estabilidade à atividade agrícola, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região onde os produtos foram produzidos. A interrelação entre os dois programas fica notável ao constatar-se que a Região Sul é a maior beneficiária de crédito do PRONAF e a região com maior número de agricultores beneficiados pelo PAA (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). O PAA passou por um processo de redução de intensidade e esvaziamento a partir de 2013, e chegou a ser extinto em 2021 para ser substituído pelo Programa Alimenta Brasil, porém foi retomado em 2023 (LEITE *et al.*, 2023; CONAB, 2023).

No Estado do Paraná, destaca-se desde 2003 outro programa que se consolidou como política pública pelos bons resultados. Por meio do Programa Leite das Crianças, o governo estadual distribui leite pasteurizado às crianças em situação de vulnerabilidade social, adquirido prioritariamente de pequenos laticínios abastecidos pelos produtores da região onde o leite é distribuído. Os fornecedores de leite para os laticínios credenciados no Programa devem ser, prioritariamente, agricultores familiares, e devem receber pagamento por qualidade, o que melhora a renda e incentiva a qualificação da atividade. O programa tem se mostrado efetivo em fortalecer produtores familiares e pequenos laticínios e, sobretudo, garantir o acesso de um grande número de crianças a leite de qualidade (BAZOTTI; CONTI; FINOKIET, 2014; TELLES; TANAKA; PELLINI, 2008).

Por fim, é importante destacar as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER), área essencial ao desenvolvimento do espaço rural. As políticas de ATER no Brasil remontam à década de 1940, historicamente ligadas à difusão das tecnologias da Revolução Verde. Do final dos anos 1990 aos anos 2000, o serviço de ATER brasileiro, passou por uma crise com redução dos aportes financeiros, extinção de instituições e falta de funcionários. Mesmo diante desse cenário, algumas unidades de ATER, historicamente bem-sucedidas, conseguiram manter minimamente a sua atuação, como é o caso da Emater-MG, Emater-PR (hoje IDR-Paraná), Emater-RS e a Emater-SC, atualmente EPAGRI (CASTRO; PERREIRA, 2017; DAMBRÓS; CAPORAL; PADILHA, 2015).

Em 2003, o governo Federal apresentou a proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que se tornou lei com a Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Seus princípios incluem: assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares e outros beneficiários dos programas do

MDA o serviço de ATER pública e gratuita; promover o desenvolvimento rural sustentável; adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia; adotar um modo de gestão democrática, incluindo seu controle social; desenvolver processos educativos permanentes e continuados no âmbito da PNATER. Esses princípios constituem uma mudança radical com relação ao paradigma anterior da ATER brasileira. Todavia, após o desmonte da estrutura existente na década anterior, a PNATER não conseguiu reverter o quadro de restrição orçamentária dessas instituições (CASTRO; PERREIRA, 2017). A nova ATER também não estimulou articulação entre as organizações sociais locais e o poder público (DAMBRÓS; CAPORAL; PADILHA, 2015).

2.4 Sustentabilidade ambiental como estratégia para a agricultura familiar

Sustentabilidade, no sentido da conservação do meio ambiente, tornou-se um tema de grande relevância nos últimos anos. Veiga (2019) argumenta que a sustentabilidade emergiu como um novo valor no século XXI, caracterizando-se como uma noção que nunca pode ser rigidamente definida, embora seja amplamente reconhecida em situações concretas em que foi desafiada (VEIGA, 2019, p.40). Conseqüentemente, é inevitável que a compreensão da sustentabilidade passe por um processo de banalização, com a proliferação de usos superficiais do termo e até mesmo o surgimento de uma "moda" de sustentabilidade. No entanto, essa tendência pode ter um aspecto positivo ao incentivar as pessoas a assumirem alguma forma de responsabilidade em relação à questão e estimular um aprofundamento do debate (VEIGA, 2019). O crucial neste debate, é que sejam adotadas ações práticas visando a sustentabilidade das atividades humanas para garantir condições de vida adequadas para as gerações futuras, diante dos desafios ambientais que nosso planeta enfrenta. Além disso, a adoção de práticas sustentáveis de produção pode ser uma estratégia crucial para garantir a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais (GUEDES; BALBINO, 2012; PERON *et al.*, 2018).

A implementação de práticas sustentáveis contribui para a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar (GUEDES; BALBINO, 2012; PERON *et al.*, 2018). Isso, por sua vez, preserva a capacidade

produtiva das áreas já limitadas das propriedades familiares. As práticas agroecológicas e a produção orgânica, por exemplo, reduzem a dependência de insumos externos (PERON *et al.*, 2018), o que pode resultar na diminuição dos custos de produção e na redução do risco econômico associado às atividades agrícolas (ASSIS; ROMEIRO, 2005; GUEDES; BALBINO, 2012).

A agroecologia, em particular, é uma abordagem que visa desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de insumos externos, onde as interações ecológicas entre os componentes biológicos criam, por si próprias, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. A preservação e ampliação da biodiversidade são a base desse processo. Entre seus benefícios estão a proteção e preservação do solo, o controle equilibrado de pragas e doenças e o aumento a capacidade de múltiplo uso do território pelo policultivo (ALTIERI, 2004). É importante diferenciar a agroecologia da agricultura orgânica. Enquanto a agricultura orgânica se concentra principalmente nos aspectos ecológicos, promovendo práticas sustentáveis de gestão do solo e biodiversidade, a agroecologia amplia essa abordagem para incorporar também aspectos sociais e econômicos. A agricultura orgânica enfatiza a preservação ambiental e a saúde do ecossistema agrícola, enquanto a agroecologia, baseada nos princípios da ecologia, busca uma integração holística das dimensões ecológicas, sociais e econômicas na produção de alimentos (ABREU *et al.*, 2012). Além da preservação dos recursos naturais da propriedade, a agroecologia proporciona ao produtor acesso a um consumidor mais exigente, preocupado a procedência dos alimentos, interessado no trabalho artesanal, nos aspectos éticos e étnicos (BITTENCOURT, 2020; CRUNIVEL *et al.*, 2017).

No caso da produção orgânica, é importante destacar que esses produtos têm um valor comercial superior em relação aos produtos convencionais, pois atendem a uma crescente demanda da sociedade por alimentos mais sustentáveis (CRUNIVEL *et al.*, 2017).

As tendências atuais do mercado de alimentos mostram um consumidor cada vez mais preocupado com a origem e a qualidade dos produtos que consome. Eles valorizam certificações relacionadas à produção sustentável, ao respeito pelo meio ambiente e ao bem-estar animal. Além disso, há uma busca por alimentos mais saudáveis, naturais, seguros e rastreáveis. A preferência por alimentos produzidos localmente também está em ascensão, uma vez que isso beneficia tanto o meio

ambiente quanto as comunidades locais. Todos esses aspectos podem ser amplamente aproveitados pela agricultura familiar (NEVES *et al.*, 2020).

A conversão para o sistema orgânico, todavia, pode ser um desafio ao agricultor, devido a dificuldades financeiras no processo de conversão e acesso ao crédito, a adaptação ao fim do uso de agrotóxicos e às exigências da certificação para comercialização (PERON *et al.*, 2018). Em contraste, na Dinamarca, países com sistemas agroalimentares orgânicos altamente desenvolvidos, apostam em um ciclo virtuoso de interação entre atores públicos e privados. Isso inclui políticas públicas bem formuladas, capacitação de agricultores, programas de compras públicas de alimentos orgânicos, campanhas de conscientização sobre os benefícios do consumo de alimentos orgânicos e acesso a crédito para os produtores (LIMA; ABREU; ROMEIRO, 2023).

Algumas das técnicas que podem beneficiar os produtores familiares são já bem conhecidas inclusive em grandes propriedades. É o caso da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), definida como uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação, e busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema (GUEDES; BALBINO, 2012). A ILPF desempenha um papel crucial no aumento da produtividade da área, na estabilidade do sistema, na resiliência ambiental perante adversidades climáticas e na sustentabilidade do sistema produtivo como um todo. Além disso, ela promove melhorias significativas no bem-estar e na produtividade dos animais. A adaptabilidade da estratégia a diferentes situações e tipos de propriedades é notável, graças às diversas combinações possíveis (GUEDES; BALBINO, 2012).

Outra técnica amplamente utilizada e fundamental para a preservação dos recursos naturais em pequenas propriedades é o Sistema de Plantio Direto (SPD), no qual o plantio das lavouras é realizado diretamente sobre a palha, sem revolver o solo. O SPD promove uma redução significativa nos níveis de contaminação dos cursos d'água, assegurando a estabilidade ecológica nas lavouras ao equilibrar as espécies no sistema produtivo. Além disso, contribui para a eliminação das queimadas e a redução de emissões de gases do efeito estufa (ALBERTO, 2009).

Conforme Alberto (2009), com a adoção do SPD, os agricultores obtêm economia na produção de grãos ou mesmo de florestas, devido à diminuição do número de operações com máquinas agrícolas e à redução drástica da erosão do

solo em comparação com o sistema de plantio convencional. Em pequenas propriedades rurais que utilizam o SPD, observa-se um aumento nas entradas líquidas de 35% a 236% em comparação com sistemas que utilizam aração ou gradagem. Outras vantagens do SPD incluem o aumento da infiltração da água da chuva, a melhoria nas características químicas, físicas e biológicas do solo, bem como a diminuição da sedimentação em arroios, rios, lagos, entre outros (ALBERTO, 2009).

O SPD está diretamente associado a outra prática que pode trazer benefícios ao solo das propriedades familiares, seja ela associada ou não ao plantio direto; a adubação verde. Essa prática consiste na utilização de plantas em rotação ou consórcio com as culturas de interesse econômico, que podem ser incorporadas ao solo ou roçadas e mantidas na superfície. Esse aporte de matéria orgânica ao solo proporciona uma melhoria das suas características físicas, químicas e biológicas. Vale ressaltar que os resultados são mais significativos a médio e longo prazo, sendo crucial considerar a diversificação de espécies utilizadas como adubos verdes para evitar os mesmos inconvenientes da monocultura, como o surgimento de pragas e doenças (ESPÍNDOLA; GUERRA; ALMEIDA, 1997).

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são agroecossistemas diversificados que buscam reproduzir a dinâmica da sucessão ecológica natural. Com uma alta densidade e diversidade de componentes, eles formam ecossistemas multiestratificados e produtivos, integrando elementos anuais e perenes, arbóreos, herbáceos e/ou animais (BIAVA, 2020). Essa abordagem permite a otimização dos recursos disponíveis e o aumento da produtividade de forma sustentável, por meio do incremento da biodiversidade no sistema de produção. Os sistemas agroflorestais oferecem vantagens como uma maior ciclagem de nutrientes e energia, a aceleração da produção de matéria orgânica, a manutenção das cadeias tróficas naturais, a adubação orgânica húmica, o equilíbrio fisiológico das plantas cultivadas, a diversificação da produção em uma mesma área, a geração de produtos com valor agregado e a redução de perdas ou custos ambientais e ecológicos, além de uma menor dependência de insumos (BIAVA, 2020).

2.5 Cadeias produtivas para a agricultura familiar

Bianchini, Meister e Picinato (2022) destacam como boas opções de exploração para agricultores familiares, cuja área não exceda 30 hectares, sistemas de produção baseados na fruticultura, olericultura, bovinocultura leiteira, agroindústrias familiares e turismo rural. No entanto, os mesmos autores ressaltam que, para se tornarem viáveis, essas alternativas precisam de apoio de pesquisa, assistência técnica, crédito rural adequado, qualificação na gestão dos empreendimentos, agregação de valor aos produtos, escala de produção e profissionalização da comercialização. A seguir, serão abordadas algumas dessas opções, explorando seus benefícios e enfrentando desafios específicos.

A hortifruticultura destaca-se como uma oportunidade significativa para os pequenos produtores devido à sua alta capacidade de geração de renda por área (CARRAPEIRO, 2012). Embora o setor conte com a participação de grandes produtores, ainda permite boas oportunidades para pequenos agricultores, especialmente quando trabalhada em sistema orgânico, que tende a agregar maior valor aos produtos (FRANCO *et al.*, 2020). As políticas do PAA e PNAE, que priorizam a compra de produtos da agricultura familiar e orgânicos, têm sido incentivos importantes para a hortifruticultura familiar, abrindo portas para a criação de diversas cooperativas de agricultores familiares que fornecem alimentos para esses programas (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022; PERIN *et al.*, 2021).

As cooperativas de agricultura familiar representam uma boa oportunidade para os agricultores, pois permitem agregação de valor aos seus produtos através de processos agroindustriais, registros, marcas, embalagens e uniformização, partilha ou redução de custos operacionais, representatividade e governança comercial, controle administrativo, redução da dependência dos intermediários, além de facilitar o acesso aos programas e políticas públicas já citados (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022).

Todavia, a gestão dessas pequenas cooperativas é certamente um desafio aos produtores, pois exige um esforço adicional de tempo e conhecimento, e acréscimo de responsabilidades com a gerência e manutenção das próprias atividades produtivas somadas às da organização (BIANCHINI; MEISTER; PICINATO, 2022). Os produtores muitas vezes não estão preparados para lidar com as dificuldades de logística, planejamento financeiro, relacionamento com

associados, e administração pública, dinâmica intrínseca dos projetos institucionais, organização da produção, competição com outras organizações (MOREIRA *et al.*, 2021).

À medida que aumenta a produção em uma região, os mercados institucionais podem não ser mais suficientes para absorver toda a oferta, e mesmo as cooperativas encontram dificuldades de acessar mercados não institucionais. Outros meios de comercialização incluem feiras, o comércio local e marcas próprias (PERON *et al.*, 2018). Outra alternativa, como ocorre na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, são as “Cestas Solidárias”, também chamadas “cestas verdes” em outras regiões, em que agricultores familiares fornecem cestas com produtos da estação uma vez por semana diretamente a grupos de consumidores que pagam mensalmente pelo serviço (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DO PARANÁ, 2023; SOUZA *et al.*, 2021).

A bovinocultura leiteira é uma opção estratégica para muitas famílias, por gerar uma renda mensal ou quinzenal, facilitando o pagamento de despesas básicas (TELLES; TANAKA; PELLINI, 2008) e por ser uma atividade tradicional, facilitando a adaptação à rotina (COLETTI; PERONDI, 2015). Além disso é uma produção passível de ser adaptada a áreas relativamente pequenas, e pode ser associada à agroindústria, gerando uma renda adicional (COLETTI; PERONDI, 2015). Por outro lado, também é uma atividade complexa e desafiadora, e muitos produtores têm dificuldade de adaptar-se às exigências sanitárias e a um mercado que exige ampliação da produtividade e competitividade, especialmente pela abertura comercial externa ao MERCOSUL, que facilita as importações (MENEHATTI *et al.*, 2020).

A agroindústria é costumeiramente apontada como uma estratégia eficiente para propriedades familiares porque agrega valor ao produto ao diferenciar uma *commodity* em um produto artesanal. De fato, é uma atividade que gera renda adicional, cria empregos e tende a envolver especialmente as mulheres e jovens, demonstrando, portanto, um grande potencial. O produto artesanal é muito valorizado pelo mercado consumidor, porém, a instalação de uma agroindústria altera a lógica produtiva da propriedade e cria uma série de novos desafios ao produtor, que passa a ter de lidar com fatores como gestão, comercialização, logística, legislação e concorrência. A maior exigência de mão de obra tende a levar ao abandono de outras atividades, tornando a propriedade dependente

economicamente da agroindústria, o que pode fragilizar a sustentabilidade do negócio. O produtor muitas vezes não está preparado para essas mudanças, nem consegue encontrar assistência além da área produtiva. A implantação de uma agroindústria exige, portanto, muito mais do que cálculos de viabilidade, e uma análise ampla das condições de cada família (SULZBACHER; DAVID, 2009; SULZBACHER; NEUMANN, 2014; VIEIRA, 1998).

A erva-mate é outro exemplo de cultura típica do sul do Brasil que vem sendo usada por produtores familiares no centro-sul e sudeste do Paraná como estratégia para contornar a falta de mão de obra. Essas regiões mantêm práticas tradicionais e agroecológicas na produção de erva-mate em propriedades da agricultura familiar e comunidades tradicionais que coexistem com a floresta, frequentemente referidas como "erva-mate sombreada". Nestes sistemas agroflorestais (SAFs), observamos a integração de uma ampla variedade de culturas alimentares e outros produtos florestais, bem como a criação de animais (NIMMO *et al.*, 2022; SUERTEGARAY, 2002). A temperatura nesse tipo de cultivo influencia a concentração de fenóis nas folhas da planta, resultando em uma erva-mate com sabor mais suave e diferenciado.

De acordo com estudos como o de Suertegaray (2002), o sistema agroflorestal demonstrou ser particularmente eficaz na produção de erva-mate de alta qualidade, pois proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento da planta e contribui para a preservação da biodiversidade local. Portanto, o estímulo a práticas sustentáveis, como o SAF, pode ser fundamental para a manutenção da tradição da erva-mate sombreada nessas regiões do Paraná, além de promover a conservação dos recursos naturais e a prosperidade das comunidades locais.

3 CONCLUSÃO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia brasileira e paranaense, proporcionando não apenas a geração de emprego e renda, mas também contribuindo para a ocupação sustentável do meio rural, bem como a promoção da segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais. Dada a sua relevância, a sustentabilidade econômica dessas propriedades não é apenas uma preocupação individual dos agricultores, mas um interesse de toda a sociedade.

No entanto, é evidente que os gestores das propriedades familiares enfrentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à escassez de conhecimento e assistência. Nesse contexto, destaca-se a necessidade premente de políticas públicas direcionadas a preencher essa lacuna, buscando proporcionar suporte efetivo aos agricultores. Vale ressaltar que as políticas públicas existentes, embora tenham contribuído significativamente para resolver diversos problemas enfrentados pela agricultura familiar, ainda carecem de foco adequado na capacitação e assistência técnica aos agricultores.

Ao longo desta pesquisa, constatou-se que as alternativas disponíveis para os agricultores familiares apresentam vantagens e desvantagens distintas. As estratégias adotadas por cada propriedade serão, portanto, escolhas individuais, fundamentadas em valores, prioridades e objetivos pessoais. Embora a geração de renda seja uma constante, é importante reconhecer que outras motivações, como a redução da carga de trabalho devido à escassez de mão de obra, a preocupação com o uso mínimo de agrotóxicos por razões de saúde ou princípios éticos, e até mesmo a aptidão pela atividade agrícola, podem ser fatores preponderantes nas decisões.

Portanto, destaca-se a complexidade e a individualidade das decisões dos agricultores familiares, ressaltando que não há um único caminho para o sucesso, mas sim diversas opções que devem ser cuidadosamente avaliadas de acordo com os interesses e capacidades de cada gestor familiar.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDERBURG, A.; LAMINE, C; DAROLT, M.; OLLIVIER, G.; VENTURIER, PG. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, pg. 143-160, 2012.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DO PARANÁ. Quatro municípios paranaenses estão entre os mais ricos do agronegócio brasileiro. 06 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Quatro-municipios-paranaenses-estao-entre-os-mais-ricos-do-agronegocio-brasileiro>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO DO PARANÁ. Criado há 6 anos, projeto Cestas Solidárias aproxima agricultores e consumidores. 09 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Criado-ha-6-anos-projeto-Cestas-Solidarias-aproxima-agricultores-e-consumidores>>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

ALBERTO, A. Sistema de Plantio Direto na Palhada e seu impacto na agricultura brasileira. **Ceres**, v. 56, n. 4, p. 496–506, 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ASSIS, R. L. DE; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 1, p. 155–177, 2005.

BATALHA, M.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. S. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos (Brasil): EDUFSCAR, p. 43-66, 2005.

BAZOTTI, A.; CONTI, I. L.; FINOKIET, M. Programa Leite das Crianças: uma política pública de incentivo à produção local e à segurança alimentar e nutricional. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 1, p. 135–159, 2014.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BIANCHINI, V.; MEISTER, J. V.; PICINATO, A. G. **Fortalecimento da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável - Cooperativismo, ATER e pesquisa agropecuária, e ATER digital pós-COVID-19**. Brasília: FAO, 2022.

BIAVA, J. C. **Sistemas agroflorestais (SAFs): experiências no sudoeste do Paraná**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5211>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

BITTENCOURT, D. M. DE C. Estratégias para a Agricultura Familiar: visão de futuro rumo à inovação. Brasília, 2020.

BRASIL. Lei 11326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 23 de set. 2023.

BRUGNOLO, B. Por que é tão difícil gerar desenvolvimento no sul do Paraná? **Gazeta do Povo**, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/parana-desafios-desenvolvimento-sul-estado/>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

CARRAPEIRO, S. L. **Geração de emprego e renda na agricultura familiar no município de Cambará (PR), através da olericultura**. 2012. 36p. Monografia (Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros). Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2017

CATANHO, L. A relevância da agricultura familiar no Paraná. **Folha de Londrina**, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-rural/a-relevancia-da-agricultura-familiar-no-parana-3095035e.html?d=1>. Acesso em: 15 de ago. 2023

COLETTI, V. D.; PERONDI, M. A. Produção de leite e resistência da agricultura familiar: comparando duas estratégias de comercialização local na região sudoeste do Paraná - Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 20, n. 2, p. 236–260, 2015.

CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**. v. 1, n.1. Brasília: CONAB, 2021.

CONAB. PAA: Lei que promove o fortalecimento da agricultura familiar é sancionada. **CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento**, 2023. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5087-paa-lei-que-promove-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-e-sancionada>. Acesso em: 25 de nov. 2023.

CRUNIVEL, I. B. *et al.* Fatores determinantes da tomada de decisão para o consumo de produtos orgânicos de uma feira livre. **Revista Brasileira De Agropecuária Sustentável**, v. 2, n. 7, 2017.

DAMBRÓS, O.; CAPORAL, F. R.; PADILHA, M. C. A nova ater e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 3, n. 3, p. 85–96, 2015.

DEIMLING, M. F. *et al.* Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. **Interciência**, v. 40, n. 7, p. 440–447, 2015.

ESPÍNDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M.; ALMEIDA, D. L. DE. **Adubação verde: Estratégia para uma agricultura sustentável**. Seropédica: Embrapa-Agrobiologia, 1997

FANTIN, E. Norte Pioneiro aposta na agricultura familiar para reverter baixo PIB e conter evasão. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 26 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/norte-pioneiro-aposta-na-agricultura-familiar-para-reverter-baixo-pib/#:~:text=Projeta%2Dse%20para%202040%20uma,acontece%20pela%20falta%20de%20oportunidades>. Acesso em: 23 de out. 2023.

FRANCO, L. S. *et al.* Horticultura orgânica em comunidades vulneráveis no litoral do Paraná: um estudo de caso do Projeto Universidade Sem Fronteiras. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 12–18, 2020.

GUEDES, R. A.; BALBINO, L. C. Agricultura sustentável por meio da integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF). **Informações Agronômicas nº 138**. International Plant Nutrition Institute (IPNI). Piracicaba, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Paraná. Panorama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

IPARDES. **Distribuição do PIB paranaense é a mais equilibrada da série histórica**. 19 de dezembro de 2022. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Distribuicao-do-PIB-paranaense-e-mais-equilibrada-da-serie-historica>

IPARDES. **Indicadores Sociais. IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-Sociais>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. DE. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159–176, 2008.

LEITE, S. P.; SCHMITT, C.; GRISA, C.; SILVA, M. A. P.; ZIMMERMANN, S.; SOUZA, Y. R. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: Gomide, A. A.; Silva, M. M. S.; Leopoldi, M. A. (Org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. 1ed. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023, v. 1, p. 385-410.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: Uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3533–3546, 2015.

LIMA, L. F.; ABREU, L. S.; ROMEIRO, A. R. Políticas públicas e o desenvolvimento de sistemas agroalimentares orgânicos: o caso da Dinamarca. **Revista Brasileira de Agroecologia (Online)**, v. 18, p. 724-740, 2023.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 3, pp. 313-322, 2006.

MAPA. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) — Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>>. Acesso em: 10/07/2023

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83–92, 2014.

MELO, M. M.; MARINHO, É. L.; SILVA, A. B. O impulso do crédito rural no produto do setor primário brasileiro. **Nexos Econômicos**, v. 7, n. 1, p. 9–36, 2013.

MENEGHATTI, M. R. *et al.* Impactos do sistema de pagamento por qualidade do leite em uma cooperativa da agricultura familiar. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1203–1234, 2020.

MOREIRA, I. R. J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 30, n. 3, p. 196–227, 2021.

NEVES, M. F. *et al.* O Modelo MarkAlim para Oportunidades no Marketing de Alimentos. **Revista Agronomia Brasileira**, v. 4, n. 2020, p. 1–8, 2020.

NIMMO, E. R. *et al.* **Erva-mate sombreada: Sipam “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”** Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

PARANÁ. Governo do Estado. **Manual do Banco do Agricultor Paranaense** Versão 013/2023 _ 20/11/23 Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2023.

PERIN, G. *et al.* **TD 2691 - A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma Análise da Sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafios.** Brasília: IPEA, 2021.

PERON, C. C. *et al.* Produção orgânica: uma estratégia sustentável e competitiva para a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 104–127, 2018.

R. BREITENBACH. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, Campo Grande, v. V.1, n.II, 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp: Santiago, Chile, 2013

_____. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227–263, 2014.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. v. 1

SOUZA, A. E. DE *et al.* Cestas orgânicas: um estudo de caso de cadeia curta agroalimentar familiar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, 2021.

SUERTEGARAY, C. E. D. O. **Dinâmica da cultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil) em sistemas agroflorestais e monocultivos**. 2002. 49p. Dissertação (Mestrado em agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. DE. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, v. 24, n. 47, p. 69–91, 2009.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. O social e suas dimensões em agroindústrias familiares rurais. **Extensão Rural**, v. 21, n. 3, p. 93–120, 2014.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

TELLES, T. S.; TANAKA, J. M. U.; PELLINI, T. Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 29, n. 3, p. 579–590, 2008.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. 3. ed. Editora Senac: São Paulo, 2019

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, v. Ano VII, n. 1, p. 14–31, 1998.